

Sidney Bittencourt

Prefácio

Clovis Celso Velasco Boechat
Advogado da União

CONTRATOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA



Oriundos de Licitações,
Dispensas e Inexigibilidades



JHMIZUNO
EDITORA DISTRIBUIDORA

Contratos da Administração Pública

© Sidney Bittencourt

J. H. MIZUNO 2015

Revisão:

Rita de Cássia Travagin Klein

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Maurício Amormino Júnior, CRB6/2422)

B624m	<p>Bittencourt, Sidney. Contratos da Administração Pública / Sidney Bittencourt ; prefácio Clovis Celso Velasco Boechat.</p> <p>Leme: J. H. Mizuno, 2015. 282p. 21cm.</p> <p>Inclui referências. Inclui índice alfabético remissivo.</p> <p>1. Contratos administrativos - Brasil. 2. Direito administrativo – Legislação - Brasil. 3. Transferências de recursos financeiros governamentais. I. Título.</p>
ISBN 978-85-7789-220-4	CDD-351.711
Índice para o Catálogo Sistemático	
1. Administração Pública : Legislação 351.711 2. Contratos Administrativos : Brasil 351.711 3. Licitação Pública : Legislação : Brasil 351.711	

Nos termos da lei que resguarda os direitos autorais, é expressamente proibida a reprodução total ou parcial destes textos, inclusive a produção de apostilas, de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, reprográficos, de fotocópia ou gravação.

Qualquer reprodução, mesmo que não idêntica a este material, mas que caracterize similaridade confirmada judicialmente, também sujeitará seu responsável às sanções da legislação em vigor.

A violação dos direitos autorais caracteriza-se como crime incurso no art. 184 do Código Penal, assim como na Lei n. 9.610, de 19.02.1998.

O conteúdo da obra é de responsabilidade do autor. Desta forma, quaisquer medidas judiciais ou extrajudiciais concernentes ao conteúdo serão de inteira responsabilidade do autor.

Todos os direitos desta edição reservados à

J. H. MIZUNO

Rua Prof. Mário Zini, 880 – Cidade Jardim – CEP: 13614-230 – LEME/SP

Fone/Fax: (19) 3571-0420

Visite nosso site: www.editorajhmizuno.com.br

e-mail: atendimento@editorajhmizuno.com.br

Impresso no Brasil

Printed in Brazil

Sumário

CAPÍTULO 1

O contrato	23
1.1. Classificação dos contratos.....	24
1.1.1. Bilaterais (sinalagmáticos) ou unilaterais.....	24
1.1.2. Onerosos ou gratuitos.....	25
1.1.3. Consensuais ou reais.....	25
1.1.4. Solenes ou não solenes.....	25
1.1.5. Principais ou acessórios	26
1.1.6. Instantâneos ou de duração.....	26
1.1.7. Típicos ou atípicos	26
1.1.8. Pessoais ou impessoais.....	27
1.1.9. Civis ou mercantis.....	27

CAPÍTULO 2

Os contratos na Administração Pública	29
2.1. Contratos da Administração	31
2.1.1. Subdivisão dos Contratos da Administração.....	32
2.1.1.1. Contratos privados celebrados pela Administração Pública..	32
2.1.1.2. Contratos Administrativos	33
2.1.1.2.1. Sujeitos do Contrato Administrativo.....	34
2.1.1.2.2. Características do Contrato Administrativo.....	36
2.1.2. Aprovação jurídica das minutas de contratos celebrados pela Administração Pública	37

CAPÍTULO 3

Disciplina Normativa	39
3.1. Competência para legislar sobre o tema.....	39
3.2. Regra constitucional.....	39
3.3. Legislação específica	40

CAPÍTULO 4

Regime jurídico do contrato administrativo	41
---	----

CAPÍTULO 5

Cláusulas obrigatórias do contrato administrativo	43
5.1. O objeto do contrato e seus elementos característicos	44
5.2. O regime de execução ou forma de fornecimento	45
5.2.1. Regimes de execução na contratação de obras e serviços de engenharia	46
5.2.2. Modo de fornecimento nas compras ou forma de execução nas contratações de serviços	48
5.3. O preço e as condições de pagamento, os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento	48
5.4. O prazos contratuais	48
5.5. O crédito pelo qual correrá a despesa	49
5.6. As garantias oferecidas para assegurar a execução do contrato	49
5.7. Direitos e responsabilidades	49
5.8. Penalidades e multas	50
5.9. Situações passíveis de rescisão contratual	50
5.10. O reconhecimento dos direitos da Administração no caso de rescisão administrativa	50
5.11. As condições de importação de bens	51
5.12. A vinculação ao edital de licitação	51
5.13. A legislação aplicável	51
5.14. A obrigação do contratando de manter as condições de habitação ..	51
5.15. A declaração do foro da sede da Administração	52

CAPÍTULO 6

Prerrogativas da Administração Pública nos contratos administrativos	53
6.1. As cláusulas exorbitantes (ou cláusulas de privilégio)	53
6.2. Análise da prerrogativa de alteração unilateral do contrato administrativo	54
6.2.1. Obrigatoriedade de o contratado aceitar aumento ou redução do objeto	55
6.2.2. Desequilíbrio contratual em função de alteração unilateral	56
6.3. A prerrogativa de rescisão unilateral do contrato administrativo por parte da Administração Pública.....	56
6.3.1. Atos da Administração Pública para consecução da rescisão unilateral	58

CAPÍTULO 7

Penalidades concernentes aos contratos administrativos	59
7.1. Recusa de assinatura do contrato (adjudicatário faltoso)	59
7.2. Inexecução contratual	60
7.2.1. Multas moratórias.....	61
7.2.2. Multas compensatórias e outras sanções.....	61
7.2.2.1. Sanção de advertência	62
7.2.2.2. Multa compensatória.....	62
7.2.2.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração e Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração	62
7.2.2.3.1. Efeitos das sanções de suspensão temporária e de declaração de inidoneidade	63
7.2.2.4. Cumulatividade de sanções.....	65
7.3. Direito de defesa prévia	66
7.4. Direito de petição com relação aos contratos administrativos	66
7.4.1. A intimação do ato de penalização.....	67
7.5. Outros procedimentos passíveis de punição	67
7.6. Omissão quanto à penalização.....	68
7.7. Inaplicabilidade de penalidade na convocação de remanescentes	68

CAPÍTULO 8

Garantias oferecidas pelos contratados	69
8.1. Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública.....	69
8.2. Fiança bancária.....	70
8.3. Seguro-garantia.....	70
8.4. Garantia nas contratações de grande vulto	70
8.5. Garantia em função de depósito de bens da Administração.....	71

CAPÍTULO 9

Contratação direta	73
9.1. Licitação Dispensada (art. 17 da Lei nº 8.666/93)	74
9.1.1. Casos de dispensa licitatória para a alienação de bens	75
9.2. Licitação Dispensável (art. 24 da Lei nº 8.666/93)	77
9.3. Licitação Inexigível (art. 25 da Lei nº 8.666/93).....	95
9.3.1. Aquisições que só possam ser realizadas com exclusividade (fornecedor exclusivo).....	96
9.3.2. Contratação de serviços técnicos por notória especialização ...	96
9.3.3. Contratação de profissional do setor artístico.....	98
9.4. Publicação das contratações diretas.....	98
9.5. Instrução do processo de contratação direta	99
10. Formalização dos contratos	101
10.1. Maneiras de exteriorização contratual	101

CAPÍTULO 10

Formalização dos contratos	101
10.1.1. Obrigatoriedade de celebração do contrato.....	102
10.1.2. Situações em que o contrato é facultativo	102
10.2. Celebração do contrato	102
10.2.1. Consequência da recusa em assinar o contrato.....	103
10.2.2. Sanções pela recusa injustificada em assinar o contrato	103
10.2.3. Convocação de licitantes remanescentes para celebração do contrato	104
10.2.4. Liberação de o adjudicatário assinar o contrato	105

CAPÍTULO 11

Prazos contratuais	107
11.1. Elenco de prazos nos contratos administrativos	107
11.1.1. Prazo de execução.....	107
11.1.2. Prazo de conclusão.....	108
11.1.3. Prazo de entrega.....	108
11.1.4. Prazo de observação	108
11.1.5. Prazo de recebimento definitivo	108

CAPÍTULO 12

Duração dos contratos administrativos	109
12.1. Exceções à regra geral de duração contratual.....	109
12.2. Possibilidades de prorrogação do prazo contratual	111
12.3. Contratos administrativos não alcançados pela limitação de duração contratual	114

CAPÍTULO 13

Alterações dos contratos administrativos	115
13.1. Alteração unilateral (inciso I do art. 65 da Lei nº 8.666/93)	115
13.1.1. Alteração unilateral do contrato administrativo	115
13.1.2. Obrigatoriedade de aceitação de aumento ou redução do ob- jeto	116
13.2. Alteração consensual (inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93).....	117
13.2.1. Substituição da garantia de execução contratual	118
13.2.2. Modificação do regime de execução ou fornecimento.....	118
13.2.3. Modificação da forma de pagamento.....	119
13.2.4. Restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro.....	119

CAPÍTULO 14

Execução dos contratos administrativos (art. 66 da Lei nº 8.666/93)	121
14.1. Controle e fiscalização da execução (art. 67 da Lei nº 8.666/93).....	121
14.1.1. Fiscalização realizada pelos Tribunais de Contas	122
14.2. Obrigações do contratado na execução.....	123

14.2.1. Transferência à Administração da responsabilidade de encargos trabalhistas, fiscais e comerciais	124
14.2.2. Assunção pela Administração dos encargos previdenciários ..	125
14.3. Subcontratação da execução do contrato (art. 72 da Lei nº 8.666/93)...	126
14.4. Recebimento do objeto do contrato	126
14.4.1. Recebimento de obras ou serviços.....	126
14.4.2. Recebimento de compras ou locação de equipamentos	127
14.5. Consequências do recebimento do objeto do contrato	127
14.6. Dispensa do recebimento provisório (art. 74 da Lei nº 8.666/93).....	128
14.7. Testes e provas para o recebimento (art. 75 da Lei nº 8.666/93).....	128
14.8. Rejeição da obra, serviço ou fornecimento (art. 76 da Lei nº 8.666/93) .	128
CAPÍTULO 15	
Extinção do contrato administrativo	129
15.1. Formas de extinção do contrato administrativo.....	129
CAPÍTULO 16	
Inexecução do contrato administrativo	131
16.1. Tipos de inadimplência.....	131
16.1.1. Teoria da imprevisão	132
16.1.1.1. Motivos que ensejam a teoria da imprevisão.....	133
16.1.1.1.1. Caso fortuito ou caso de força maior.....	133
16.1.1.1.2. Fato da Administração.....	134
16.1.1.1.3. Fato do Príncipe	136
16.2. Consequências da inexecução do contrato administrativo	136
CAPÍTULO 17	
Rescisão do contrato administrativo	139
17.1. Rescisão de pleno direito (a quarta situação de rescisão do contrato administrativo).....	140
17.2. Motivos que ensejam a rescisão do contrato administrativo.....	140
17.2.1. Motivos para rescisão do contrato administrativo em face de atos do contratado, demandando a rescisão administrativa (unilateral).....	140

17.2.2. Motivos para rescisão do contrato administrativo em face de atos da Administração, demandando a rescisão judicial	142
17.3. Atitudes permitidas à Administração em função de rescisão determinada por ato unilateral.....	143
17.3.1. Assunção e ocupação do local e do objeto do contrato.....	144
17.4. Rescisão em função de insolvência da contratada	145
CAPÍTULO 18	
Anulação do contrato administrativo	147
CAPÍTULO 19	
Espécies de contratos administrativos	149
19.1. Contratos de obras públicas.....	149
19.1.1. Regimes de execução de obras públicas	150
19.2. Contratos de prestação de serviços (ou locação de serviços).....	152
19.2.1. Subdivisão dos serviços.....	153
19.3. Contratos de compras (ou de fornecimento).....	154
19.3.1. Sistema de Registro de Preços (SRP).....	155
19.4. Contrato de concessão	155
19.4.1. Formas (ou modalidades) de contratos de concessão	157
19.4.1.1. Contrato de concessão de serviço público	158
19.4.1.2. Contrato de concessão de serviço público precedido da execução de obra pública (ou, simplesmente, contrato de concessão de obra pública).....	159
19.4.1.3. Contrato de concessão especial de serviço público (Parceria Público-Privada - PPP)	160
19.4.1.3.1. Formas de Parcerias Público-Privadas	162
19.4.1.3.2. Vedações à celebração de PPPs	164
19.4.1.3.3. A Sociedade de Propósito Específico - SPE.....	165
19.4.1.3.4. Cláusulas dos contratos de Parceria Público-Privada	166
19.4.1.4. Contrato de concessão de uso de bem público.....	169
19.4.1.5. Outros institutos que possibilitam o uso de bens imóveis da Administração por terceiros	170

CAPÍTULO 20

Contrato de alienação de bens da Administração	175
20.1. Categorias de bens públicos	175
20.2. Alienação de bens imóveis	176
20.2.1. Alienação de imóveis de órgãos da Administração direta e entidades autárquicas e fundacionais	177
20.2.2. Dispensa de licitação para alienação de bens imóveis	178
20.3. Alienação de bens móveis da Administração	181
20.3.1. Dispensa de licitação para alienação de bens móveis	181

CAPÍTULO 21

Recursos administrativos nos contratos administrativos	183
21.1. Espécies de recursos administrativos nos contratos administrativos	184
21.1.1. Recurso hierárquico (ou administrativo)	184
21.1.2. Representação	184
21.1.3. Pedido de reconsideração	185
21.2. Contagem do prazo	185
21.3. Representação ao Tribunal de Contas	185

CAPÍTULO 22

Direitos do contratado	187
-------------------------------------	------------

CAPÍTULO 23

Crimes e penas inerentes aos contratos administrativos	189
23.1. Crimes e penas voltados para os contratos administrativos	189
23.2. Regras legais em face de atividades criminosas no âmbito dos contratos administrativos (arts. 82 a 85 da Lei n° 8.666/93)	192
23.3. Âmbito da matéria penal	193

CAPÍTULO 24

Contratos internacionais celebrados pela Administração Pública	195
24.1. Licitações internacionais e contratos internacionais	195
24.2. Foro dos contratos internacionais celebrados com pessoas domiciliadas no estrangeiro	196

CAPÍTULO 25

Contratos especiais celebrados pela Administração Pública.....	197
25.1. Contrato de gestão.....	197
25.2. Termo de parceria	199

CAPÍTULO 26

Convênio administrativo.....	203
26.1. Convênio administrativo de natureza financeira	207
26.1.1. Participes do convênio de natureza financeira	208
26.1.2. Outros instrumentos de repasse de recursos financeiros públicos.....	208
26.1.3. Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 507/11.....	209

CAPÍTULO 27

Consórcio público.....	211
27.1. Protocolo de intenções.....	212
27.2. Contrato de rateio.....	214
27.3. Contrato de programa	215
27.3.1. Clausulas necessárias do contrato de programa.....	215
27.4. Celebração do contrato de programa com dispensa de licitação	217

1. Modelo de contrato de compras (fornecimento).....	221
2. Modelo de contrato de prestação de serviços.....	230
3. Modelo de contrato de concessão de uso.....	240
4. Modelo de extrato de contrato para publicação em DOU	244
5. Modelo de termo aditivo	245
6. Modelo de extrato de termo aditivo para publicação em DOU.....	248
7. Modelo de termo de recebimento.....	249
8. Modelo de termo de rescisão	251

9. Modelo de convênio	253
10. Modelo de "contrato de gestão" celebrado com entidade da administração indireta.....	256



1. Leis	265
2. Decretos-lei	266
3. Decretos	266

REFERÊNCIAS	269
--------------------------	-----

ÍNDICE ALFABÉTICO REMISSIVO	271
--	-----